

O orçamento vai à votação sem acordo

por Marcos Magalhães
de Brasília

A comissão mista de orçamento do Congresso Nacional aprovou ontem uma proposta de rolagem das dívidas externas dos estados e municípios que estabelece o ingresso de US\$ 1 bilhão — ou CZ\$ 178 bilhões, em valores de junho — nos cofres federais no ano que vem.

O valor, embora superior aos CZ\$ 70 bilhões previstos no parecer da comissão, é inferior aos CZ\$ 234 bilhões admitidos pelo governo nas negociações de terça-feira e foi decidido em comum acordo entre as lideranças do PMDB e do governo na Câmara.

Mas um recuo de última hora do Palácio do Planalto colocou a votação em perigo na comissão e, agora, ameaça a aprovação do projeto no plenário do Congresso Nacional.

Entregue no início da noite de ontem ao presidente do Congresso, senador

Humberto Lucena (PMDB-PB), o substitutivo terá de enfrentar, além da tramitação no Congresso, cujo recesso começa no próximo dia 15, a sanção do presidente José Sarney, que inicialmente queria cobrar dos estados e municípios 25% do serviço de suas dívidas externas vencidas e a vencer em 1989.

O presidente do Congresso convocou parlamentares para votar o orçamento no final desta semana, mas acha que isso poderá não acontecer, devido ao retorno para os estados. O prazo normal de votação vai até o dia 15. Depois disso, no recesso, poderiam ser convocadas sessões extraordinárias.

Para iniciar as duas sessões obrigatórias de discussão do projeto no plenário do Congresso devem estar presentes, no mínimo, 86 deputados e 12 senadores. "Temo que não tenhamos número nem para isto", confidenciou Lucena. Durante esse período, seriam

apresentados os destaques para votação em plenário, que parlamentares mais ligados ao governo, sentindo-se derrotados pelo resultado na votação da comissão, podem tentar obstruir.

O início efetivo das votações na comissão de orçamento foi já na madrugada de quarta-feira. Até a meia-noite, um grupo de parlamentares de vários partidos conseguiu enxugar a pauta quase completamente. Dos 1.140 destaques iniciais, sobraram pouco mais de 50 para votação. Os demais foram retirados ou por não serem prioritários ou por se constituírem em tentativas de obter recursos para os estados de origem dos parlamentares.

Enquanto se processava a votação, o deputado Ibson Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, entrou no plenário, à 1h30 da manhã, para anunciar que havia chegado a um acordo com o líder do governo, Carlos Sant'Anna, sobre a questão mais sensível do orçamento: o pagamento das dívidas externas dos estados e municípios.

O acordo, estabelecido com a anuência do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, estabelecia o pagamento de US\$ 1 bilhão — ou CZ\$ 178 bilhões, em valores de junho — pelos estados e municípios em 1989, ante os CZ\$ 550 bilhões desejados inicialmente pelo governo.

Do total, São Paulo entra com US\$ 513 milhões, o Rio de Janeiro com US\$ 100 milhões e o Rio Grande do Sul com US\$ 85 milhões. Os estados das três regiões mais pobres — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — pagam 6,5% sobre o serviço das dívidas vencidas e a vencer, enquanto os estados do Sudeste e do Sul pagam 10,2%.

O presidente da comissão, Cid Carvalho, encerrou a sessão às 2h30 da manhã e convocou outra para as 10 da manhã de ontem. A esta hora, contudo, o acordo já vinha sendo bombardeado por outros setores do governo. O deputado Carlos Sant'Anna chegou a telefonar para Cid Carvalho, a fim de anular o acordo. Mas Carvalho decidiu colocar o texto imediatamente em votação. "Foi o golpe da velocidade", definiu um parlamentar. "Enquanto eles estavam tontos, nós corremos e aprovamos o acordo."